

Programa define criação de empregos como prioridade

Mão-de-obra que ingressa todos os ano no mercado de trabalho terá política específica

CARLA FRANCO

A política de criação de empregos é o principal ponto da carta-compromisso O Brasil para os brasileiros, da frente das esquerdas. Segundo o economista Guido Mantega, que também participou da formulação da chamada versão enxuta do programa, a idéia é atuar em duas frentes: diminuir o estoque de desemprego existente no País e criar postos para absorver a mão-de-obra que ingressa anualmente no mercado de trabalho. Só na área rural, o documento acena com a criação de 5 milhões de novos empregos, criados por um programa de reforma agrária que se propõe a assentar 1 milhão de famílias em quatro anos. Não há estimativas sobre a criação de empregos na área urbana.

Para diminuir o déficit de emprego, o documento vai apresentar políticas específicas de retomada do crescimento da economia brasileira, que, de acordo com os cálculos dos economistas da frente, deve ser de, no mínimo, 6% ao ano para absorver 1,8 milhão de novos trabalhadores que ingressam no mercado anualmente. Uma das medidas é o estímulo aos chamados bancos do povo. "A idéia é oferecer instrumentos de financiamento para atividades periféricas, de porte ainda menor que as micro e pequenas empresas", explicou Mantega. Ele citou como exemplo pequenos transportadores, que,

com o acesso a linhas de crédito possam duplicar a produção, contratando mais um trabalhador. De acordo com o economista, a experiência com os bancos do povo tem sido bem-sucedida nas administrações petistas de Santo André (SP), Porto Alegre (RS) e Brasília.

A carta-compromisso pretende estimular programas de emergência de trabalho temporário destinados a jovens em órgãos públicos ligados às áreas de saúde e educação. Há ainda no esboço do programa o item incentivo a micros, pequenas e médias empresas com o apoio "creditício, fiscal e técnico".

Jornada – A frente de oposição vai propor a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Segundo o assessor do

PT, a proposta terá de ser amplamente negociada com o empresariado. "O governo deverá dar apoio às empresas para compensar a elevação de gastos com encargos trabalhistas."

Outro ponto de destaque do compromisso oposicionista é duplicar o valor do salário mínimo, que hoje é de R\$ 130,00, em prazo ainda não definido. Para afastar os temores de que o aumento do mínimo pode sobrecarregar a Previdência e os pequenos municípios, que não teriam como arcar com o pagamento, Mantega defende uma reforma no caminho inverso da atual. "A reforma da Previdência proposta pelo governo é baseada no corte de despesas; a nossa prevê um aumento da receita", diz, explicando que um dos objetivos do programa será fazer com que os trabalhadores da economia informal também contribuam para a Previdência.

REDUÇÃO
DA JORNADA
ESTÁ NA
PROPOSTA